

**PRÁTICAS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL EM UMA  
INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR: UMA PROPOSTA DE RESSOCIALIZAÇÃO  
E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL BASEADA EM AÇÕES DOS ALUNOS  
DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO**

<http://dx.doi.org/10.19177/rgsa.v7e12018776-806>

**Leila Regina de Oliveira Batista<sup>1</sup>**

**RESUMO**

As práticas de responsabilidade social e ambiental vêm despertando o interesse corporativo, comunitário e acadêmico. O objetivo deste artigo é analisar as ações de responsabilidade social e ambiental realizadas pelos alunos do curso de Administração do Instituto Cenecista de Ensino Superior de Santo Ângelo, em Santo Ângelo, RS, articulando ensino e extensão com a aprendizagem. A metodologia utiliza a abordagem qualitativa e, como estratégia, o estudo de caso, apoiada em pesquisa bibliográfica e documental. Os procedimentos da pesquisa incluem entrevistas aplicadas por meio de questionário semiestruturado, com uma amostra de 45 participantes, composta por gestores de supermercados e por consumidores, realizada no período de 15 de setembro a 29 de novembro de 2014. Na análise das ações acadêmicas o estudo adota o paradigma interpretativo. A investigação detém-se no destino dado, na comunidade, ao óleo de cozinha usado. Os resultados apontam que a maioria dos pesquisados não está alinhado ao conceito de sustentabilidade. A conclusão indica a necessidade de intervenções na comunidade que elevem a consciência ambiental e a responsabilidade social.

**Palavras-chave:** Responsabilidade social. Conservação ambiental. Sustentabilidade. Ensino e extensão.

<sup>1</sup> Instituto Cenecista de Ensino Superior de Santo Ângelo. Professora. E-mail: lrobatista@yahoo.com.br

## 1 INTRODUÇÃO

Alinhar no ensino superior as práticas de responsabilidade social e ambiental com o desenvolvimento sustentável é um ponto essencial para obter, dos acadêmicos, posturas e práticas socialmente responsáveis, capazes de evoluírem do contexto da sala de aula para o meio profissional e social.

A relevância que vem assumindo esse tema no mundo corporativo, comunitário e acadêmico aponta para o ensino e a extensão como caminhos para a implementação de estratégias duradouras no âmbito das instituições de ensino. É nesse contexto, que se realiza a abordagem das práticas de responsabilidade social e ambiental em uma instituição de ensino superior, com foco na proposta de ressocialização e conservação ambiental baseada em ações dos alunos do Curso de Administração do Instituto Cenecista de Ensino Superior de Santo Ângelo (IESA), instituição localizada na região Sul do Brasil. Aliam-se a essas razões o ensino e a prática de ações voltadas ao desenvolvimento sustentável, por ser esse um tema recente na agenda de Instituições de Ensino Superior, de empresas privadas, de governos e da sociedade em geral (FERREIRA; ROSA; BORBA, 2012).

O resíduo do óleo de cozinha é potencialmente poluidor quando descartado de maneira inadequada (GAMBOA, 2010). Uma vez acondicionado e recolhido de maneira adequada, apresenta diversas possibilidades de (re) utilização, tais como, rações animais, cosméticos, materiais de limpeza, entre outros (REIS; ELLWANGER; FLECK, 2007). Apesar desse leque de possibilidades, o óleo de cozinha é pouco reutilizado e seu descarte inadequado.

Durante os encontros no componente Gestão Ambiental e Responsabilidade Social, percebeu-se pouco conhecimento sobre o reaproveitamento desse óleo na região analisada. Nessas discussões, veio à tona a carência de material de higiene para as pessoas privadas de liberdade no sistema prisional do município e região. Assim, os acadêmicos identificaram a oportunidade de implantar uma fábrica de sabão ecológico, por meio do projeto “Sabão Ecológico Curumim (SEC)”, a fim de promover uma solução viável para ambas às carências.

Em face da problemática gerada pelo descarte inadequado do óleo de cozinha utilizado e a possibilidade de reaproveitamento, estabelece-se a questão central do estudo: qual é o destino do resíduo do óleo de cozinha no município de Santo Ângelo?

Para dar continuidade ao projeto de extensão e responder essa questão, propôs-se como objetivo do trabalho analisar as ações de responsabilidade social e ambiental dos acadêmicos do curso de Administração, articulando ensino e extensão com a aprendizagem.

Nos procedimentos metodológicos adota-se a abordagem qualitativa, de cunho descritivo-interpretativo, utilizando como estratégia o estudo de caso, adotando como procedimento técnico a pesquisa de campo, apoiada em pesquisa bibliográfica e documental, para a investigação das categorias-chave identificadas. A pesquisa empírica contou com a aplicação de questionários individuais e presenciais, no período de setembro a novembro de 2014, junto aos supermercados e atacados da área central do município. Os sujeitos da pesquisa foram gestores e consumidores, totalizando a amostra 45 participantes. Os dados foram organizados por meio do *software* Microsoft Excel® e a estatística instrumentada pelo *software* SPSS 20. Na análise das ações dos acadêmicos o estudo adota a análise de conteúdo sugerida por Bardin (2009), e o paradigma interpretativo das relações entre categorias-chave identificadas.

O artigo está estruturado em cinco seções: a primeira dela diz respeito a presente introdução; a segunda, o referencial teórico; a terceira detalha os procedimentos metodológicos da pesquisa; a quarta parte apresenta os resultados e discussões acerca das ações realizadas pelos alunos do curso de Administração; e a quinta parte explana a conclusões obtidas.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 Responsabilidade social e ambiental e sua relação com as IES**

Responsabilidade social é o reconhecimento, pelos cidadãos, dos seus deveres para com o entorno em que vivem. Responsabilidade social corporativa é a obrigação das organizações agirem não somente em interesse próprio, mas também no interesse da sociedade em geral (ASHLEY, 2005). O contexto empresarial, pautado por novos conceitos, busca transformar o tradicional gerenciamento reativo em proativo, face às questões de responsabilidade socioambiental, resultando na exigência de um novo modelo de gestor, determinando mudanças na forma de pensar e gerir o negócio (TACHIZAWA, 2015).

O Instituto ETHOS (2000) aponta que a noção de responsabilidade social empresarial decorre da ação empresarial e deve trazer benefícios à sociedade e aos empregados e parceiros, com retorno aos investidores e ao meio ambiente. Ashley (2005, p. 7) corrobora, ao afirmar: “Responsabilidade social pode ser vista como o compromisso que a empresa tem com o desenvolvimento, o bem-estar e o melhoramento da qualidade de vida dos empregados, das suas famílias e das comunidades em geral”.

As questões de responsabilidade social e ambiental, juntamente com o capital financeiro e o intelectual, formam o valor de mercado da empresa (CARBONE *et al.*, 2009). Capital intelectual é a competência técnica dos profissionais, o modelo de gestão, a motivação, os sistemas de auditoria, o *portfólio* de clientes, a imagem da organização. Esses pontos formam a competência de um grupo de pessoas e seu modo de pensar e agir (SANTIAGO, 2007).

Pensar em responsabilidade social é pensar em ética e no compromisso com os direitos humanos, tornando as escolhas responsáveis por um comportamento socioambiental. A cultura da responsabilidade social deve ser disseminada pelas organizações internamente, desenvolvendo em seus colaboradores uma visão de gestão proativa, em face das questões sociais e ambientais postas (TACHIZAWA, 2015).

A responsabilidade socioambiental está diretamente ligada à gestão do conhecimento e às atividades do gestor, comprometido com o bem-estar de parceiros e colaboradores (MELO NETO; FROES, 2001). A empresa é socialmente responsável quando ultrapassa o atendimento às leis, à segurança e à saúde dos trabalhadores. É preciso reconhecimento por suas ações e cuidados na construção de uma sociedade mais justa e consciente em relação ao meio ambiente e às pessoas (PASSOS, 2012). Tais ações geram diferenças competitivas entre empresas.

O uso de novas técnicas é fundamental para que mudanças se tornem viáveis e surjam novas perspectivas de produção sustentável. Ser socialmente responsável e ambientalmente correta implica comportamento ético e ações, que resultem compromisso com os direitos humanos e a sustentabilidade (TACHIZAWA, 2015).

Entre os fatores disseminadores da responsabilidade socioambiental nas Instituições de Ensino Superior (IES), citam-se a educação, as práticas de responsabilidade social corporativa, a gestão voltada à sustentabilidade, as R. gest. sust. ambient., Florianópolis, v. 7, n. 1, p.776-806, jan./mar. 2018.

mudanças nos processos sociais, o diálogo informativo e as ações sociais, a comunicação interna, a cultura organizacional e a produção de novos saberes.

A educação é o caminho para acabar com a ação predatória no meio ambiente. Para os gestores da Green Key Brasil (2015), o envolvimento da sociedade na gestão para a sustentabilidade é preponderante para produzir agentes disseminadores das boas práticas e de uma cultura de responsabilidade socioambiental.

A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), na NBR 16000, define responsabilidade social como uma “relação ética e transparente da organização com todas as suas partes interessadas, visando ao desenvolvimento sustentável” (PEREIRA; KREMER; BUSTAMANTE, 2012, p. 2). Borger (2001) e Vieira (2007), entendem que implantar nas organizações a responsabilidade social corporativa exige mudanças na cultura organizacional que incorpore na missão os valores considerados ações que as tornem social e ambientalmente responsáveis, assumindo as consequências desta decisão.

Outro aspecto importante na implantação de práticas de responsabilidade social no microambiente organizacional diz respeito à comunicação interna. Mudanças nos processos sociais vão ao encontro da dinâmica empresarial, uma vez que a responsabilidade social corporativa “se apresenta como fator de interferência externo, refletindo nas estratégias de mercado e de comunicação, sendo essencial à empresa estabelecer diálogo com seus públicos através de informações e ações, sobretudo sociais” (RODRIGUES *et al.*, 2011, p. 1-2).

Esses são fatores poderosos para que as práticas de mudanças sociais ocorram internamente nas organizações e sejam disseminadas ao macro ambiente. No âmbito geral, são desafios às organizações empresariais. No caso das IES, voltadas à educação e à produção de novos saberes, é necessária a construção de redes de trabalho internas e externas à organização (SILVA; SILVA, 2011).

Nas IES as redes de relações são formadas em função da cultura institucional e das estruturas de comunicação existentes. Cada comunicação gera um pensamento e um significado e origina novas interações, produzindo um contexto comum de conhecimentos, condutas, limites e identidade coletiva para seus membros (CAPRA, 2003).

Dessa forma, as alianças de trabalho se fazem e refazem no interior das organizações (HITT; IRELAND; HOSKISSON, 2002). As comunidades de práticas R. gest. sust. ambient., Florianópolis, v. 7, n. 1, p.776-806, jan./mar. 2018.

nas IES podem ser pensadas, como “um complexo conjunto de ideologias, símbolos e valores centrais, que é compartilhado em toda a instituição e que influencia a maneira pela qual ela realiza a educação” (2002, p. 504).

O desafio às organizações calcadas na produção do conhecimento reside na administração da “organização como organismo” (MORGAN, 2002; SILVA; SILVA, 2011, p. 8). Devem elas atuar em rede e privilegiar a constituição de comunidades de práticas, ampliando suas relações ao ambiente exógeno (CASTELLS, 1999). Às IES, vinculadas às consequências das sociedades da informação e da comunicação, é inevitável a “flexibilidade, capacidade criativa e adaptabilidade para que cumpram seus objetivos institucionais, o que traz elevado grau de responsabilidade social, representado pela formação de profissionais e o retorno à sociedade de soluções nascidas da produção científica” (SILVA; SILVA, 2011, p. 10).

Para estes autores, a produção científica nas instituições de ensino superior é fruto da experiência vivenciada na realidade concreta. Isso se torna mais verdadeiro quando no confronto com a realidade empírica, via ensino e extensão. “Projetos multidisciplinares e transdisciplinares contribuem para uma intensa comunicação interna e a cristalização de um método de produção de saber” (2011, p. 10).

Alicerçadas na gestão estratégica, as IES têm papel fundamental na construção de uma sociedade sustentável. É no meio acadêmico que surgem ideias e iniciativas visando à implementação de políticas socioambientais protetivas e preventivas de conservação. Contudo, seus objetivos em relação à responsabilidade socioambiental e ao desenvolvimento econômico devem ser harmônicas e transparentes (LOPES; SCHAFFER; BERTÉ, 2014). Esse processo pode envolver estratégias tais como o desenvolvimento de programas de integração com a comunidade empresarial, programa permanente de pesquisa socioeconômica, projetos correlatos com as organizações de seu entorno e execução de projetos de responsabilidade sociais e socioambientais (TACHIZAWA, 2011). Tais estratégias são disseminadoras de ações de responsabilidade social e promotoras de consciência ambiental.

## **2.2 Conservação ambiental e sustentabilidade**

Conservação ambiental implica o uso racional dos recursos da natureza, garantindo a autosustentação do meio ambiente. É fator primordial à sustentabilidade do planeta e tem alcançado destaque, pela relevância que R. gest. sust. ambient., Florianópolis, v. 7, n. 1, p.776-806, jan./mar. 2018.

representa na qualidade de vida das pessoas e de todos os seres vivos. Embora ainda incipiente, a sustentabilidade ganha destaque como função precípua das empresas (ASHLEY, 2005).

Conforme Cavalcanti (2003), sustentabilidade significa a possibilidade de se obterem continuamente condições iguais ou superiores de vida para as pessoas e seus sucessores em dado ecossistema. O autor conceitua desenvolvimento sustentável como resultado capaz de atender às necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender às necessidades das gerações futuras.

Sachs (2006) chama a atenção para a necessidade de se criarem novos meios de produção e diferentes estilos de vida como perspectiva para a sustentabilidade das potencialidades ecológicas de uma determinada região ou território. Assim, se tem exigido das empresas um novo olhar e posicionamento em relação aos impactos ambientais causados pelo seu processo de produção. Para Andrade, Tachizawa e Carvalho (2002, p. 7), “as empresas começam a apresentar soluções para alcançar o desenvolvimento sustentável e aumentar a lucratividade de seus negócios”. Mas é preciso que os gestores busquem o equilíbrio entre os três pilares da sustentabilidade: o econômico, o social e o ambiental.

Uma nova cultura está sendo implantada e disseminada por pessoas e empresas na gestão do meio ambiente, das práticas diárias e com os impactos das decisões e ações de todos os agentes sociais (ASHLEY, 2005). A prática de sustentabilidade ambiental pode ser visualizada em grandes empresas no mercado brasileiro. É o caso da Natura, empresa que vem minimizando as ações potencialmente agressivas ao meio ambiente, adotando boas práticas e os conhecimentos adquiridos na gestão de responsabilidade social e ambiental. A questão ambiental é inclusa no planejamento estratégico, como forma de desenvolver seus negócios e oportunidades de mercado decorrentes do conceito de sustentabilidade (NATURA, 2014).

A Coca-Cola é outra empresa que possui práticas de sustentabilidade em seu planejamento estratégico. Desenvolve projetos voltados à sustentabilidade em duas frentes: meio ambiente e educação. Na área ambiental, o projeto “Reciclou Ganhou”, estimula a reciclagem de embalagens e apoia cooperativas e catadores, em 21 estados. Com o Programa “Água das Florestas Tropicais Brasileiras”, na Serra do Japi (SP), em parceria e apoio da comunidade e produtores rurais locais, objetiva preservar os mananciais de água doce (COCA-COLA, 2014).  
R. gest. sust. ambient., Florianópolis, v. 7, n. 1, p.776-806, jan./mar. 2018.

### 2.3 Ensino e extensão

Um olhar para o ensino e a extensão como possíveis agentes de inovação pedagógica, aponta para uma metodologia de ensino articuladora do conhecimento adquirido na escola com a experimentação empírica. O desenvolvimento de uma pedagogia em ação (FREIRE, 1971) é o que se entende por ensino e extensão, que incita o reconhecimento de vivência em outros espaços, além das fronteiras das salas de aula. Esses são “locais privilegiados de aprendizagem significativa, onde o conhecimento desenvolvido ganha concretude e objetividade” (ACIEPE, 2015, p. 1). Caracterizada como uma “aprendizagem em ação” (LANG; MARINHO; BOFF, 2014), a extensão requer o envolvimento da instituição de ensino, dos professores e dos alunos atuando no contexto externo.

Freire (1971, p. 20) enfatiza a extensão nas Instituições de Ensino Superior, expressando que “o termo indica a ação de estender algo a alguma coisa”. Na perspectiva de Bonwell e Eilson (1991), a extensão como modalidade de aprendizagem envolve “atividades voltadas à discussão, ao desenvolvimento de habilidades e à ênfase na exploração de atitudes e valores, bem como o envolvimento em análise, síntese e avaliação”.

Severino (2008, p. 1) considera a postura investigativa um “elemento imprescindível para uma adequada pedagogia universitária”. Em qualquer instituição de ensino, a pesquisa está integrada ao ensino, dando impulso à construção do conhecimento.

Evidenciado que a extensão se efetiva através de ações educativas, sociais e culturais, desenvolvidas por professores e alunos, em interação direta com as comunidades, aborda-se, ainda: o ensino e a extensão como forma de promoção do desenvolvimento profissional e social; a prática da Administração na extensão universitária; e práticas comunitárias que podem atuar como um diferencial.

Durante décadas, muitas metodologias tradicionais foram gerando o desinteresse dos alunos pela aprendizagem escolar. Para Moysés (2004), um ensino contextualizado implica problematizar a realidade do aluno, considerando a diversidade de conhecimentos que compõem essas vivências e sua aplicação no cotidiano.

Um olhar crítico e reflexivo sobre as questões social e ambiental significará um diferencial na carreira do administrador. Ele precisa estar preparado para um

R. gest. sust. ambient., Florianópolis, v. 7, n. 1, p.776-806 , jan./mar. 2018.

cenário de diálogo, acerca da conscientização envolvendo esses temas. A responsabilidade social das IES, entendida “como veículo de disseminação de conhecimentos, habilidades e atitudes” (LANG; MARINHO; BOFF, 2014, p. 68) envolve a formação de novas competências valorizadas no campo profissional (SCHÖN, 1983).

A velocidade das mudanças torna imperativo às pessoas, às instituições e à sociedade aprenderem sobre a aprendizagem. É aqui que a reflexão-na-ação faz a diferença. O profissional reflexivo pensa, age e gera questionamentos e discussões, abrindo um espaço para a conscientização e para novas reflexões (SMITH, 1994).

As lições que se podem tirar acerca da extensão e da aprendizagem em ação é que a interação entre as pessoas e as práticas vivenciais, e seus reflexos na dinâmica da aprendizagem organizacional, dá lugar a novas realidades e desafios a serem enfrentados. Nas IES, esse enfrentamento pode se dar por meio do desenvolvimento das competências daqueles profissionais solicitados pelo mercado. Inserida nesse contexto está a aprendizagem administrativa e gerencial, em atuação mais estreita com a realidade do mercado (LANG; MARINHO; BOFF, 2014).

Severino (2015, p. 60) entende que “a produção do conhecimento precisa ser necessariamente crítica, criativa e competente”. A sala de aula assume um papel primordial, tendo em vista que as práticas pedagógicas, em um cenário dialógico, de discussões e indagações, voltadas à formação da consciência crítico-reflexivo sobre questões ambientais e de responsabilidade social, levam em consideração os benefícios para a IES, os participantes e a sociedade. As atividades de ensino e extensão propiciam um aprendizado engajado no social e no ambiental, e não somente orientado às aspirações de lucro das organizações (CRUZ *et al.*, 2010).

A extensão é processo educativo e científico que produz o conhecimento potencializado da relação colaborativa transformadora entre a universidade e a sociedade. Está alicerçada na troca de saberes e produzirá o conhecimento no confronto do acadêmico com a realidade da comunidade (DEMO, 2004).

Ghesti *et al.* (2012) destacam o projeto realizado na Universidade de Brasília, na área de preservação ambiental (recolhimento do óleo de cozinha utilizado no município para reaproveitamento na produção de biodiesel, sabões e derivados). Costa (2014) relata a experiência de um projeto de extensão em educação ambiental realizado em Cabo Frio (RJ), que estimulou novos comportamentos e

atitudes no consumo responsável do óleo de cozinha, implicando a conservação e preservação dos recursos naturais.

A relação ensino e extensão, também pode ser visualizada nas ações desenvolvidas no Projeto Sabão Ecológico Curumim, fomentado em aulas do curso de Administração do IESA, a partir de debates acerca do destino adequado para o óleo de cozinha já utilizado.

A prática da administração na extensão universitária está voltada ao viver contemporâneo em uma sociedade globalizada, que compreende uma rede de “relações, processos e estruturas sociais, econômicas, políticas e culturais, ainda que operando de modo desigual e contraditório” (IANNI, 1993, p. 39). A globalização que se busca hodiernamente deve possuir um caráter humano e solidário (SANTOS, 2000). Dessa perspectiva, as pessoas devem exercitar o pensamento livre e crítico, gerenciar seu conhecimento e crescer economicamente. Gerir suas vidas como o faz as grandes empresas, criando estratégias e diferenciais, sem perderem de vista os valores humanos. O desenvolvimento de novas estratégias organizacionais pode vir do conhecimento, da educação para uma gestão mais socialmente responsável.

Transformações podem ocorrer nos sistemas sociais e nos indivíduos, por meio do conhecimento e das práticas sustentáveis. A esperança reside na construção de um novo universitário (CARDOZO; GOMES, 2012), capaz de agregar aos conhecimentos da sala de aula as experiências do cotidiano e trazer soluções criativas, inovadoras e sustentáveis à comunidade de inserção e ao meio ambiente.

A administração das organizações, hoje mais complexa, implica o uso de novas tecnologias e o incremento nos sistemas de informações gerenciais. A informação deve ser precisa, relevante, atual e atingir todos os colaboradores e os mercados consumidores potenciais. O mercado hodierno exige das empresas e seus administradores o desenvolvimento de novas competências, para atuarem em um futuro incerto e de difícil previsão. O administrador deve analisar a empresa no macro e no microambiente, para defender-se das ameaças e explorar as oportunidades, otimizar suas forças e consertar suas fraquezas e, para trabalhar sobre elas, sem perder o rumo e enfrentar o mercado competitivo. Suas áreas de trabalho – produção, finanças, marketing e responsabilidade social – devem constituir um todo integrado.

Para administrar com competência, no contexto econômico atual, a distância entre universidade e sociedade deve ser eliminada. Comunga com essa visão o R. gest. sust. ambient., Florianópolis, v. 7, n. 1, p.776-806, jan./mar. 2018.

conceito de Extensão Universitária, expresso no I Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão, em 1987: um “o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade” (NOGUEIRA, 2000, p. 1). Sedimentando essa atividade acadêmica, o governo federal lançou, em 1999, o Plano Nacional de Extensão, “que define como diretrizes a extensão, a indissociabilidade com o ensino e a pesquisa, a interdisciplinaridade e a relação bidirecional com a sociedade” (BRASIL, 2015, p. 1). A partir do lançamento desse Plano, a política nacional de extensão vem sendo pactuada pelas Instituições de Ensino Superior integrantes do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras.

Nas Instituições de Ensino Superior, nos cursos de Administração, a extensão articulada com o ensino ganha espaço como metodologia inovadora e aproximadora dos acadêmicos com o ambiente externo. Exemplo dessa aproximação é o Projeto Sabão Ecológico Curumim, de cunho social e ambiental, iniciado em 2011, no município de Santo Ângelo. Seu desenvolvimento conta com atividades de voluntariado empresarial, que resume as ações de responsabilidade social das organizações locais. A Constituição Federal de 1988, nesse sentido, é orientadora de uma revolução social e um chamamento coletivo, envolvendo pessoas e organizações, de modo a assumirem a responsabilidade social e conduzirem suas ações, atitudes e condutas orientadas pela lei (BRASIL, 1988). No caso das empresas, a responsabilidade social é uma “opção estratégica” para o desenvolvimento, orientada pela lei (LEWIS, 2011, p. 4-5).

Responsabilidade social empresarial, não é filantropia, mas sim, uma ação social planejada e, quando compreendida e adotada pela empresa, torna-se um compromisso social permanente, requerendo a participação de todos os setores da organização para o desenvolvimento de ações sociais e culturais contínuas na comunidade de inserção (MELO NETO; FROES, 2001). Responsabilidade social e sustentabilidade inserem no “modelo de negócios a perspectiva de longo prazo, e a transição para um modelo em que os princípios, a ética e a transparência precedem a implementação de processos, produtos e serviços” (BORGER, 2013, p. 2-3).

A gestão social envolve questões tais como diversidade, educação, saúde, relação ética e legal com todos os envolvidos e o trabalho multidisciplinar, significando mais esforços e recursos para as obrigações sociais e benefícios à sociedade (LOURENÇO; SCHRÖDER, 2003). Supõe-se, então, que a R. gest. sust. ambient., Florianópolis, v. 7, n. 1, p.776-806, jan./mar. 2018.

responsabilidade social requer interação das empresas com a sociedade, do ponto de vista das obrigações legais e econômicas, e, também, uma postura socialmente responsável, nos níveis de abordagem da obrigação, da reação e da sensibilidade quanto às questões sociais.

A sustentabilidade ganhou evidência nos anos 90, quando novos aspectos foram inseridos na questão do desenvolvimento sustentável, sobressaindo os esforços da sociedade para aplicar e implementar ações de responsabilidade social. Isso recolocou o desenvolvimento regional sustentável nas discussões (BRITTO, 2007), corporativas e educacionais.

É nesse contexto que se colocam as práticas de responsabilidade social que vêm sendo realizadas por acadêmicos do curso de Administração na Extensão Universitária, através do Projeto Sabão Ecológico Curumim, objetivando promover a ressocialização de apenados e a conservação ambiental por meio da reutilização do óleo de cozinha na produção sustentável.

A ressocialização de apenados é a finalidade das penas privativas de liberdade, conforme o Código Penal (BRASIL, 1940). O objetivo da pena é preparar o apenado “para o pleno convívio com a sociedade” (COSTA, 1999, p. 13). A promoção da ressocialização e a reinserção do apenado na sociedade, no entanto, têm enfrentado barreiras. Os principais obstáculos dizem respeito à saúde, higiene, alimentação (ROSSINI, 2015), educação e trabalho dentro das prisões. A Lei de Execução Penal (LEP) assegura assistência material, educacional e “trabalho com finalidade educativa e produtiva” como direitos básicos do condenado e como forma de “prevenir o crime e orientar o retorno à sociedade” (BRASIL, 1984). Contudo, os estabelecimentos prisionais apresentam precárias condições de higiene, facilitando o desenvolvimento de doenças como tuberculose, depressão, demência e esquizofrenia. Contribuem para tornar mais precária a vida nos presídios brasileiros a superlotação carcerária, as rebeliões e as greves (ROSSINI, 2015). Alia-se a esse conjunto de fatores a falta de garantias aos direitos dos presos, ficando “extremamente difícil estabelecer uma teoria de punição reformadora” (THOMPSON, 2002, p. 103). No Brasil a ressocialização do preso é dificultada pela falta de políticas públicas penitenciárias em promover ações voltadas à melhoria da vida do apenado e ao respeito aos seus direitos.

A assistência educacional e o trabalho prisional não vêm atuando como medidas ressocializadora, na forma prevista na LEP. Poucas penitenciárias atendem R. gest. sust. ambient., Florianópolis, v. 7, n. 1, p.776-806, jan./mar. 2018.

as disposições da lei, e poucos estabelecimentos oferecem vagas de trabalho aos reclusos. A falta de políticas públicas reflete dentro e fora das prisões. Para diminuir o problema carcerário, é preciso o Estado investir mais em políticas voltadas à execução da pena e a diminuir as desigualdades sociais existentes na sociedade. As políticas públicas penitenciárias precisam ampliar a concepção de educação e de trabalho, tendo em consideração os pilares da aprendizagem, segundo Delors (1999).

Quanto às condições de vida nos presídios, “é preciso que a capacidade da unidade não seja extrapolada” (ALVIM, 2006, p. 3), para não violar o direito do preso a uma vida digna. A consideração aos direitos humanos e aos direitos do preso é primeiro passo para reeducar os apenados. São necessárias ações planejadas, organizadas e executadas por meio de planos e projetos de educação e de trabalho, de parcerias com IES, entidades públicas e privadas, assistenciais e associações de serviços. A educação em valores é um aspecto a ser reforçado. “Só a educação ainda tem condições de oferecer à população carcerária a possibilidade de refazer-se em um ambiente altamente repressivo” (DUARTE, 2013, p. 1).

O trabalho prisional, para atender sua finalidade educativa e produtiva e “devolver à sociedade uma pessoa em condições de ser útil”, deve “aproveitar o potencial da mão de obra que os cárceres disponibilizam” (ROSSINI, 2015, p. 3).

O trabalho faz parte dos direitos sociais atribuídos a todos os cidadãos e está expressamente previsto na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 6º (BRASIL, 2013). O trabalho prisional é um importante mecanismo ressocializador, “evita os efeitos corruptores do ócio, contribui para a formação da personalidade do indivíduo, dando ao apenado a oportunidade de ganhar sua vida de forma digna” (ROSSINI, 2015, p. 3). Também é um meio de remição da pena “à razão de 1 (um) dia de pena por 3 (três) de trabalho” (BRASIL, 2012) e “uma forma de ressarcir o Estado pelas despesas advindas da condenação, sendo, portanto, ambos favorecidos” (ROSSINI, 2015, p. 3), a semelhança de outros países.

Esse olhar sobre a ressocialização do apenado, a partir da prática da responsabilidade social formalmente implementada por organizações da sociedade civil, a exemplo do IESA e do Projeto de Extensão Sabão Ecológico Curumim, em parceria com o Instituto Penal de Santo Ângelo (IPSA) e outros órgãos e entidades públicas, traz benefícios aos presos, aos acadêmicos, à comunidade local e à sociedade como um todo.

R. gest. sust. ambient., Florianópolis, v. 7, n. 1, p.776-806, jan./mar. 2018.

A reutilização do óleo de cozinha em produção “limpa” vem ganhando ênfase em municípios brasileiros, no desenvolvimento de atividades e práticas sustentáveis, envolvendo empresas públicas e privadas, instituições de ensino, alunos e sociedade em geral, como uma solução para os impactos do descarte inadequado sobre o meio ambiente. No caso de Santo Ângelo, o destino do resíduo à reciclagem no ambiente prisional deve atuar como uma estratégia ressocializadora pelo trabalho, com finalidade educativa e produtiva.

Os resíduos de óleo de cozinha são classificados pela NBR nº 10004 (ABNT, 2004a), como resíduos de classe I – perigosos, em função de suas propriedades, que podem representar riscos à saúde e ao meio ambiente. A Resolução Conama nº 357/2005 (BRASIL, 2005), no artigo 34, estabelece, para os óleos vegetais, “o limite de 50 MG/L e a partir deste valor se obtém que o óleo de cozinha saturado polui mais de 25.000 litros de água” (OLIVEIRA, 2015, p. 9).

A Lei nº 12.305 (2010) institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), que, dispõe no artigo 1º sobre seus princípios, objetivos, instrumentos e diretrizes relativos à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos, incluídos os perigosos, como responsabilidades dos geradores e do poder público. Também, estabelece em seu artigo 3º, as definições de coleta seletiva, controle social, destinação ambientalmente adequada, disposição final ambientalmente adequada, geradores de resíduos sólidos, gerenciamento de resíduos sólidos, gestão integrada de resíduos sólidos, padrões sustentáveis de produção e consumo, responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, logística reversa e reutilização, entre outras, para os efeitos desta Lei (BRASIL, 2010). De acordo com esse artigo, inciso XVI, resíduos sólidos são:

[...] material, substância, objeto ou bem descartado resultante de atividades humanas em sociedade, a cuja destinação final se procede, se propõe proceder ou se está obrigado a proceder, nos estados sólido ou semi-sólido, bem como gases contidos em recipientes e líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou em corpos d’água, ou exijam para isso soluções técnica ou economicamente inviáveis em face da melhor tecnologia disponível (BRASIL, 2010).

Verifica-se, ainda, que a PNRS estabelece metas e ações que devem ser adotadas pelo Governo Federal, de forma isolada ou em regime de cooperação com Estados, Distrito Federal, Municípios ou particulares, para a gestão integrada e o gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos sólidos. Entre os princípios e objetivos da Lei estão evidenciados os princípios da prevenção e precaução, do poluidor-pagador e protetor-recebido, do desenvolvimento sustentável, da R. gest. sust. ambient., Florianópolis, v. 7, n. 1, p.776-806, jan./mar. 2018.

responsabilidade compartilhada, da cooperação, entre outros. Quanto aos instrumentos para a implementação dessa política, o artigo 8º estabelece “os planos de resíduos sólidos”. Entre esses planos são relacionados, no artigo 14, o Plano Nacional e os Estaduais de Resíduos Sólidos e os Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (BRASIL, 2010).

O Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos deve ter como conteúdo mínimo o diagnóstico da situação dos resíduos sólidos, a identificação de áreas favoráveis para disposição, das possibilidades de implantação de soluções consorciadas ou compartilhadas, dos resíduos sólidos e dos geradores sujeitos a plano de gerenciamento específico ou a sistema de logística reversa, procedimentos operacionais e especificações mínimas. Também incluir programas e ações de capacitação técnica, de educação ambiental e à participação dos grupos interessados (cooperativas, associações de catadores), mecanismos para a criação de fontes de negócios, emprego e renda, mediante a valorização de resíduos sólidos, metas de redução, reutilização, coleta seletiva e reciclagem entre outros. Esse plano pode estar integrado no plano de saneamento básico do município (art. 19, § 1º, Lei nº 12.305/2010).

Ocorre que a maioria dos municípios do Rio Grande do Sul ainda não adotou o sistema de gestão ambiental. Santo Ângelo ainda não elaborou seu plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos. Contudo, empresas privadas estão se adequando às normas ambientais vigentes, com base na ISO 14000 (HÜTLER, 2010). O mesmo vem ocorrendo com as IES, por meio de pesquisas e trabalhos científicos realizados por professores e alunos.

O Instituto Cenecista de Ensino Superior de Santo Ângelo (IESA), preocupado com o desenvolvimento sustentável e a formação de profissionais conscientes e críticos da realidade, faz uma ponte entre o ensino em sala de aula e a realidade da comunidade. Contribuiu para isso o questionamento dos acadêmicos de Administração sobre o consumo do óleo de cozinha, o destino e o descarte do resíduo em Santo Ângelo, que deu origem ao Projeto Sabão Ecológico Curumim. Durante sua elaboração, os participantes puderam refletir e enriquecer as práticas de responsabilidade social, ao tomarem consciência do tratamento do assunto por vários autores (OLIVEIRA *et al.*, 2014; AZEVEDO *et al.*, 2009; OLIVEIRA, 2015; LOPES; BALDIN, 2009; outros).

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para analisar as ações de responsabilidade social e ambiental de acadêmicos do curso de Administração do IESA, este trabalho adota a abordagem qualitativa, com caráter descritivo-interpretativo. A estratégia adotada é o estudo de caso (MARCONI; LAKATOS, 2012).

Na operacionalização utiliza como procedimento técnico a pesquisa de campo, através de entrevista semiestruturada e levantamento de dados, com apoio da pesquisa bibliográfica e documental, com base em material já publicado e de primeira mão, como o Relatório de Atividade dos alunos do curso de Administração e o Pôster Sabão Ecológico Curumim, que ainda não receberam um tratamento analítico (GIL, 2010). Nesse âmbito, foram estabelecidas três etapas: revisão da literatura por meio da pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa de campo.

#### 3.1 Etapas da pesquisa

O estudo de caso teve como primeira etapa, uma revisão da literatura sobre o tema e a construção do referencial teórico. A pesquisa bibliográfica toma por base a metodologia proposta por Marconi e Lakatos (2012) e abrange a coleta e análise de dados, em primeira e segunda mão, sobre o tema.

Na segunda etapa, a pesquisa documental, ficou restrita à análise do Relatório de Atividade, de divulgação do Projeto Sabão Ecológico Curumim e do Pôster Sabão Ecológico Curumim, apresentado por professores do IESA no *III Fórum Mundial de Educação Profissional e Tecnológica – Diversidade, Cidadania e Inovação*, de Recife-PE, em 2014.

A etapa da pesquisa de campo envolveu sete fases: formulação do problema; delimitação da pesquisa; definição da amostra; construção dos instrumentos de coleta de dados; coleta de dados; aplicação de técnicas de análise; e resultados e discussões.

Estabelecido o problema da pesquisa (qual é o destino do resíduo do óleo de cozinha em Santo Ângelo?) este foi analisado sob o aspecto de sua valoração e propostas explicações para as variáveis, por meio das hipóteses: a quantidade de óleo de cozinha comercializado no município é desconhecida, não existem pesquisas nesse sentido; o destino dos resíduos de óleo de cozinha é a rede de

esgoto e o solo; os consumidores conhecem formas sustentáveis do descarte do óleo; a população local conhece o Projeto Sabão Ecológico Curumim (SEC).

Estabelecidas as categorias de análise (quantidade consumo/mês, destino do óleo saturado, conhecimento das formas corretas de descarte, conhecimento o Projeto SEC), foi delimitada a pesquisa, com o objetivo de levantar junto aos estabelecimentos comerciais (supermercados e atacados), a quantidade de óleo de cozinha vendida aos consumidores do centro de Santo Ângelo, mensalmente, nos últimos 6 meses.

Conhecidos os limites da pesquisa, foi estabelecido o período de 15 de setembro a 29 de novembro de 2014 para sua realização. O universo, os supermercados e atacados da área central da cidade e os consumidores do produto. A amostra foi definida por conveniência, em dez gestores de supermercados e 35 consumidores do produto, totalizando, portanto, 45 sujeitos.

Na sequência foi apresentado o projeto a cada gestor de supermercado, por meio de visita pré-agendada. Como passo seguinte foram construídos os instrumentos-guias da entrevista e coleta de dados, na forma de questionários semi-estruturados, para os gestores e consumidores, com questões que caracterizam os participantes e identificam as categorias envolvidas na análise, a fim de se conhecer a quantidade de óleo de cozinha comercializada/consumida, o destino dos resíduos, a forma de descarte e o conhecimento do Projeto SEC.

A coleta de dados foi realizada pelos pesquisadores (acadêmicos) seguindo o agendamento prévio. A pesquisa respeitou os cuidados éticos, assegurando o anonimato dos participantes. Após, os dados coletados foram submetidos à análise descritiva por categoria, sendo tabelados e organizados via *software* Microsoft Excel 2013®, utilizando o *software* SPSS 20, no levantamento estatístico.

A análise interpretativa utiliza a técnica da análise de conteúdo de Bardin (2009), e toma como categorias de análise: quantidade consumo/mês de óleo, destino do óleo saturado, forma de descarte, conhecimento do Projeto SEC.

#### **4 RESULTADOS E DISCUSSÕES**

A análise das ações de responsabilidade social e ambiental realizadas pelos alunos do curso de Administração do IESA, em Santo Ângelo, RS, articulando

ensino e extensão com a aprendizagem, destaca os passos a seguir apresentados e comentados.

#### **4.1 Contexto das práticas**

Santo Ângelo é um município brasileiro localizado no Estado do Rio Grande do Sul, mesorregião do Noroeste Rio-Grandense, com 78.908 habitantes (IBGE, 2014). A *Capital das Missões*, como é chamada, é um polo educacional, por conta de suas instituições de ensino, entre as quais o Instituto Cenecista de Ensino Superior de Santo Ângelo.

O IESA é uma instituição de ensino superior comunitária, que oferece cursos de graduação, pós-graduação e na modalidade de ensino a distância. O profissional formado em Administração deverá desenvolver habilidade e competência para atuar como um agente de mudança, educador e estrategista. As atividades realizadas nos cursos presenciais asseguram um referencial mínimo de qualidade. Entre estas, as atividades de extensão registram ações de responsabilidade social, através de projetos de extensão de iniciativa de alunos e professores.

A Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE) através do Instituto Penal de Santo Ângelo (IPSA) unidade prisional, em relação ao trabalho prisional e à efetiva ressocialização do apenado, vem desenvolvendo o Projeto Sabão Ecológico Curumim. Esse projeto de cunho social e ambiental, executado em parceria com o IESA, visa gerar trabalho, facilitar a reinserção dos presos à sociedade e prepará-los para o mercado de trabalho e, também, envolver a questão da consciência sobre a conservação ambiental.

O Projeto Sabão Ecológico Curumim, cuja concepção e elaboração tiveram início em 2011, é desenvolvido pelos acadêmicos do curso de Administração do IESA. Em 2012, foi selecionado pelas Centrais Elétrica S.A.(ELETROSUL) entre 120 projetos como um dos 12 para serem patrocinados no Rio Grande do Sul. A iniciativa conta, também, com outras parcerias. Em 2013 recebeu o Prêmio Mérito Empresarial – Projeto Sabão Ecológico, promovido pela Associação Comercial Industrial de Santo Ângelo (ACISA), e, em evento promovido pelo Sindicato do Ensino Privado (SINEPE) do Rio Grande do Sul, conquistou o Prêmio Ouro na categoria Participação Comunitária pelo IESA, em Porto Alegre, com o tema “8º Prêmio de Responsabilidade Social”.

O sabão Curumim é um produto ecológico produzido por pessoas privadas da liberdade, junto à fábrica localizada no IPSA. A matéria-prima utilizada na fabricação do sabão é resíduo de óleo de cozinha usado. O projeto é uma iniciativa socialmente responsável, sem fins lucrativos. O prédio da fábrica de Sabão Ecológico Curumim, cujas obras iniciaram em 2012, foi inaugurado na área externa do IPSA, em março de 2014. Somente naquele ano, para execução do projeto, foram recolhidos 9 mil litros de resíduo de óleo de cozinha. A previsão da produção mensal é de 10 mil unidades/barras de sabão.

#### **4.2 As ações dos alunos**

As ações dos alunos do curso de Administração do IESA, anteriores à pesquisa empírica, foram relatadas no Relatório de Atividade Sabão Ecológico Curumim – Divulgação, Grupo 1 (este composto por 18 acadêmicos) e apresentado em 2014 à Instituição. Essas práticas realizadas no mês de outubro de 2014 envolveram: confecção de cartazes, *flyers* e camisetas; elaboração do material de apresentação (materiais impressos, ofício ao Coordenador do curso, outros); divulgação em outros meios de comunicação e inserção na Web– Sabão Ecológico CURUMIM; gincana ambiental; Dia de Campo (verão de 2015, em locais públicos); planejamento e cronograma de atividades.

#### **4.3 Áreas envolvidas**

As atividades de elaboração e execução do Projeto Sabão Ecológico Curumim pelos acadêmicos do curso de Administração envolveram quatro áreas: produção, finanças, marketing e responsabilidade social, na linha de pesquisa Gestão Ambiental e Responsabilidade Social. As atividades desenvolvidas no período de 01 de agosto de 2014 a 31 de julho de 2015 foram distribuídas conforme a seguir se relata.

Na área de gestão foi desenvolvida a proposta de planejamento para nortear as ações de conscientização para a coleta de óleo e divulgação dos impactos causados pelo descarte inadequado desse resíduo.

Na área de produção sistematizou-se a padronização de embalagens e o controle de estoque desde a entrada da matéria-prima até o produto final.

Na área de finanças foi elaborado um sistema de controle de estoques de materiais, produtos em processo e produtos acabados, um sistema de levantamento e controle dos custos de produção.

Na área de marketing foi elaborada análise SWOT, *Strengths* (Forças), *Weaknesses* (Fraquezas), *Opportunities* (Oportunidades) e *Threats* (Ameaças) ou análise/matriz FOFA, em português, como parte do planejamento de marketing, recriação da logomarca da fábrica, campanha semestral de divulgação e conscientização.

Na área de responsabilidade social e ambiental foi divulgada a campanha de coleta do resíduo de óleo de cozinha; a implantação de um Eco-ponto na Instituição; definição de locais e quantidade de pontos de coleta em Santo Ângelo; e a realização do estudo de caso, envolvendo pesquisa de campo.

#### **4.4 Resultados**

Para responder ao questionamento “qual é o destino do resíduo de óleo de cozinha em Santo Ângelo?” propôs-se, como objetivo, analisar as ações de responsabilidade social e ambiental dos alunos do curso de Administração, articulando ensino e extensão com a aprendizagem.

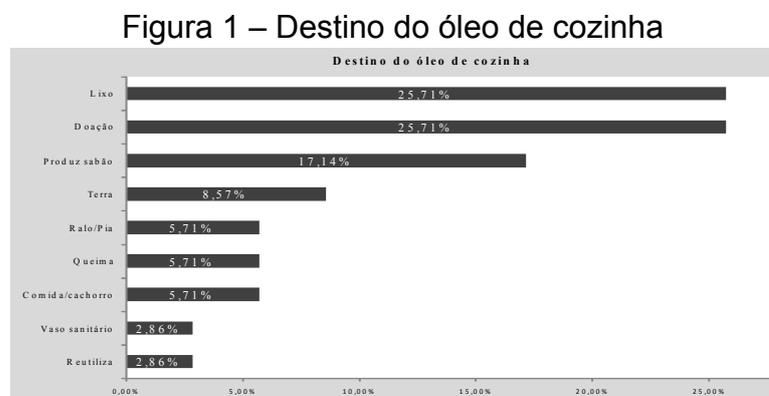
A análise descritiva dos resultados, a partir do levantamento dos dados da pesquisa, procura identificar se as hipóteses levantadas foram confirmadas, tendo em vista o objetivo da pesquisa empírica, levantar junto aos estabelecimentos comerciais (supermercados e atacados) a quantidade de óleo de cozinha comercializada aos consumidores da região central de Santo Ângelo, mensalmente, nos últimos 6 meses.

Inicia-se esta análise pela caracterização dos respondentes da pesquisa com o intuito de apresentar o perfil dos gestores e dos consumidores que contribuíram com a pesquisa. Em seguida apresenta-se a percepção dos pesquisados sobre a quantidade de óleo de cozinha comercializado, consumido por mês, destino dado ao óleo saturado, conhecimento das formas corretas de descarte, conhecimento do Projeto SEC, para que se torne possível identificar o conhecimento que os participantes da pesquisa possuem sobre as categorias de análise e o tratamento correto dos resíduos sólidos perigosos ao meio ambiente.

A análise dos resultados identifica o perfil de escolaridade dos consumidores entrevistados: a maioria (74%) possui o Ensino Médio, enquanto os demais 26% tem formação no Ensino Superior.

Quanto ao atendimento às categorias de análise, a pesquisa com os gestores de supermercados e atacados evidenciou, por meio da análise estatística, a média de 7.406 litros de óleo de cozinha comercializados mensalmente nos estabelecimentos pesquisados. Com relação à “quantidade de consumo/mês” de óleo vegetal entre os consumidores, utilizado o mesmo tratamento estatístico, este evidenciou a média de 2,8 litros/mês de consumo por família.

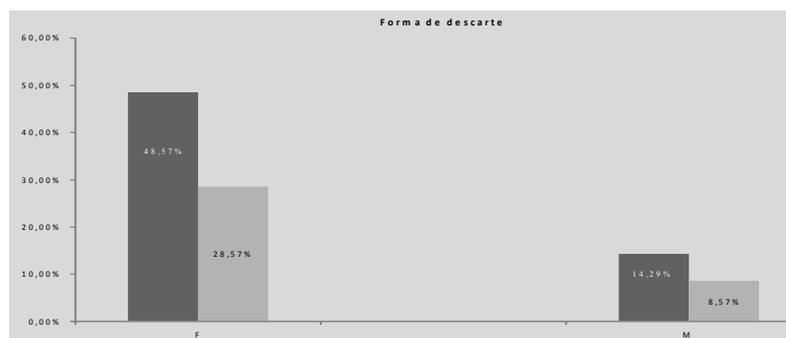
Os resultados relativos ao “destino do óleo saturado” estão explicitados na figura 1.



A análise dos resultados no gráfico (Figura 1) evidencia que a maioria dos pesquisados (25,71%) despejam seus resíduos de óleo de cozinha no lixo ou fazem doação, enquanto apenas uma pequena parcela (2,86%) reutiliza os mesmos.

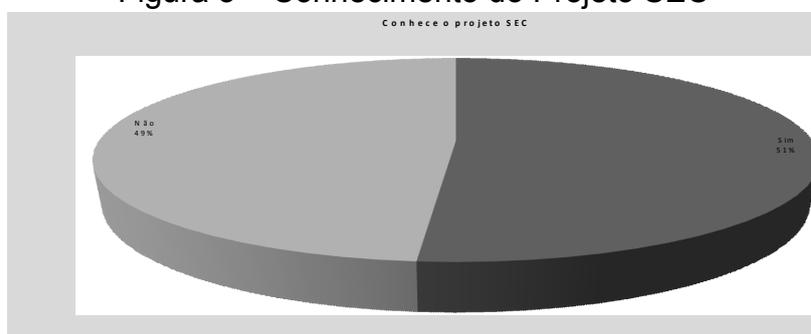
Com relação à categoria “conhece formas corretas de descarte” do resíduo de óleo de cozinha usado, o gráfico (Figura 2) ilustra que a maioria dos consumidores entrevistados, é do sexo feminino (77,14%) e conhece uma forma correta de descarte (48,57%). A cultura local privilegia a habilidade feminina no segmento de gastronomia.

Figura 2 – Conhecimento das formas corretas de descarte



Os resultados relativos à categoria “conhece o Projeto SEC” (Projeto Sabão Ecológico Curumim), são ilustrados no gráfico (Figura 3).

Figura 3 – Conhecimento do Projeto SEC



A análise do conhecimento do Projeto SEC pelos consumidores participantes da pesquisa (Figura 3) indica que a maioria dos entrevistados conhecem o projeto, objeto desse estudo.

#### 4.5 Discussão

A evidenciação do consumo elevado (média 2,86 l/família/mês) do óleo de cozinha em Santo Ângelo e, o destino impróprio dado pela maioria dos consumidores aos resíduos (lixo, terra, ralo/pia, queima, vaso sanitário), indica a necessidade de mais ações de conscientização, para que o descarte correto abranja todos os moradores do município.

A responsabilidade social corporativa e a educação ambiental são caminhos para a mudança no tratamento do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável (GREEN KEY BRASIL, 2015; PEREIRA; KREMER; BUSTAMANTE, 2012; VIEIRA, 2007; BORGER, 2001). As práticas de responsabilidade social e ambiental desenvolvidas pelas IES e demais organizações públicas e privadas, as parcerias via projetos de extensão multidisciplinares (CAPRA, 2003; SILVA; SILVA, 2011;

TACHIZAWA, 2011; LOPES; SCHAFFER; BERTÉ, 2014) constituem estratégias capazes de orientar as populações para a consciência de que a responsabilidade socioambiental é de toda a sociedade.

A conservação ambiental e a sustentabilidade (CAVALCANTI, 2003; SACHS, 2006; NATURA, 2014; COCA-COLA, 2014) requerem a criação de novos meios de co-produção e de cultura organizacional e social, novos estilos de vida, para que haja equilíbrio entre o econômico, o social e o ambiental. Tudo isso se faz pela experiência de gestão de responsabilidade social e ambiental, para disseminação de boas práticas e de conhecimentos adquiridos na família, na educação, na profissão e na sociedade. O ensino e a extensão universitária, como uma pedagogia em ação (FREIRE, 1971), uma aprendizagem em ação, significativa (ACIEPE, 2015; LANG; MARINHO; BOFF, 2014), possibilita que a educação flua das salas de aula para o cotidiano das comunidades, por meio de atividades geradoras de novos conhecimentos e de novas práticas de produção e de consumo.

Os resultados das ações dos acadêmicos do oitavo período do curso de Administração do IESA, no desenvolvimento do Projeto Sabão Ecológico Curumim evidenciam a importância das práticas de responsabilidade social e empresarial, bem como das atividades de ensino e extensão. A operacionalização de ações, focadas nas práticas administrativas, tornam visíveis as necessidades das comunidades e geram reflexões e ensaios na busca de solução aos problemas evidenciados.

O descarte correto e a reutilização dos resíduos do óleo de cozinha na fabricação de novos produtos podem contribuir como fonte de trabalho, educação e renda de comunidades carentes e para a ressocialização do apenado (ROSSINI, 2015; ALVIM, 2006; DUARTE, 2012; THOMPSON, 2002; DELORS, 1999), como vem sendo feito pelo Instituto Penal de Santo Ângelo (IPSA), em parceria com a IESA, por meio do desenvolvimento do Projeto Sabão Ecológico Curumim.

O resíduo do óleo de cozinha é uma substância sólida perigosa (ABNT, 2004a). Tendo origem nos municípios, a Lei nº 12.305/2010 (PNRS), estabeleceu a elaboração de planos às esferas da administração pública. Para os municípios foram estabelecidos os Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (BRASIL, 2010), a serem adotados pela Administração municipal. Grande parte dos municípios brasileiros, ainda não adotou seu sistema de gestão ambiental,

dificultando aos munícipes a conscientização sobre a gravidade da contaminação do solo e da água pelos resíduos sólidos.

A educação ambiental e a conscientização sobre a importância de ações de responsabilidade socioambiental nas comunidades são fundamentais, tendo em vista que resíduos do óleo de cozinha são gerados diariamente nos lares e nas empresas do país (OLIVEIRA et al., 2014). Esse resíduo já constitui um grande volume, devido ao difícil descarte (AZEVEDO et al., 2009) e pode contaminar o meio ambiente. A Resolução Conama nº 357/2005 estabelece limites para óleos vegetais (BRASIL, 2005; OLIVEIRA, 2015). O descarte correto é um procedimento indispensável aos consumidores. Mesmo que se produza uma pequena quantidade, é importante armazená-los corretamente e entregar nos Eco-ponto e, não simplesmente descartá-los na pia, ralo ou terreno.

## **5 CONCLUSÕES**

A relevância do Projeto SEC se evidencia a partir das atividades de ensino e extensão como uma metodologia inovadora em Administração, cujo objetivo neste artigo era analisar as ações de responsabilidade social e ambiental realizadas pelos alunos do curso de Administração do IESA, em Santo Ângelo, RS, articulando ensino e extensão com a aprendizagem.

A pesquisa empírica ao levantar a quantidade de óleo de cozinha comercializado/consumido mensalmente no município e responder à questão básica (qual é o destino do resíduo do óleo de cozinha em Santo Ângelo?), evidenciou que parcela significativa dos consumidores admite destino inadequado a esse resíduo. A cesta de lixo, o ralo/pia, a terra, a queima e o vaso sanitário, são formas incorretas de descarte.

É evidente a necessidade de ações adicionais complementares visando a conscientização e a educação ambiental junto aos consumidores. Existem limites para o descarte, procedimentos prescritos, recomendações para minimização do consumo do óleo de cozinha, aspectos legais e normativos a serem conhecidos e observados.

A participação dos alunos do oitavo período do Curso de Administração do IESA no desenvolvimento do projeto trouxe como conclusão, a proposta de aplicação da responsabilidade socioambiental em um projeto de mapeamento das R. gest. sust. ambient., Florianópolis, v. 7, n. 1, p.776-806, jan./mar. 2018.

necessidades mais prementes da comunidade em relação à conservação ambiental, envolvendo diversos segmentos da população.

## **SOCIAL RESPONSIBILITY AND ENVIRONMENTAL PRACTICES IN AN INSTITUTION OF HIGHER EDUCATION: A PROPOSAL FOR RESOCIALIZATION AND ENVIRONMENTAL CONSERVATION BASED ON ACTIONS BY STUDENTS FROM A BUSINESS MANAGEMENT COURSE**

### **ABSTRACT**

The social and environmental responsibility practices have attracted the corporate, community and academic interest. The purpose of this article is to analyze the social and environmental responsibility actions taken by the Boards of course students Cenecista Institute of Higher Education of St. Angelo in San Angelo, RS, linking education and extension with learning. The methodology uses a qualitative approach and, as a strategy, the case study, based on bibliographical and documentary research. The research procedures include interviews applied by means of semi-structured questionnaire with a sample of 45 participants, consisting of managers of supermarkets and consumers, conducted from September 15 to November 29, 2014. In the analysis of academic activities the study adopts the interpretive paradigm. Research has in the target given in the community, the used cooking oil. The results show that the majority of respondents are not aligned to the concept of sustainability. The finding indicates the need for community interventions that increase environmental awareness and social responsibility.

**Keywords:** Social responsibility. Environmental conservation. Sustainability. Teaching and extension.

### **REFERÊNCIAS**

ALVIM, W. B. A ressocialização do preso brasileiro. *Direito Net*, 2006. Disponível em: <<http://www.direitonet.com.br/artigos/x/29/65/2965/>>. Acesso em: 21 maio. 2015.

ANDRADE, R. O. B.; TACHIZAWA, T.; CARVALHO, A. B. *Gestão ambiental: enfoque estratégico aplicado ao desenvolvimento sustentável*. 2ed. São Paulo: Makron Books, 2002.

ASHLEY, P. A. (Coord.). *Ética e responsabilidade social nos negócios*. São Paulo: Saraiva 2005.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 16000: Sistema de Gestão da Responsabilidade Social*. ABNT, 2004. Disponível em: <<http://www.mj.gov.br/corde/arquivos/ABNT/nbr16001.pdf>>. Acesso em: 29 jun. 2015.

R. gest. sust. ambient., Florianópolis, v. 7, n. 1, p.776-806, jan./mar. 2018.

\_\_\_\_\_. *NBR 10.004:Resíduos Sólidos – Periculosidade*. Rio de Janeiro: ABNT 2004A. 71p.

ATIVIDADES CURRICULARES DE INTEGRAÇÃO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO – ACIEPE. *Caderno de ACIEPE*, 1º sem. 2015. 49 p.

AZEVEDO, O. A. et al. Fabricação de sabão a partir do óleo comestível residual: conscientização e educação ambiental. In: Simpósio Nacional de Ensino de Física, 18., 2009, Vitória, ES. *Anais...* Vitória, ES: SINEF, 2009.

BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2009.

BONWELL, C. C.; EILSON, J. A. *Active learning: Creating excitement in the classroom* (ASHE-ERIC Higher Education Rep. nº 1). Washington, DC: The GeorgeWashingtonUniversity, School of Education and Human Development, 1991.

BORGER, F. G. *Responsabilidade social: efeitos da atuação social na dinâmica empresarial*. 2001, 258 f. Tese (Doutorado em Administração) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

\_\_\_\_\_. Responsabilidade social empresarial e sustentabilidade para a gestão empresarial. *Instituto Ethos*, jun. 2013. Disponível em: <[www3.ethos.org.br/](http://www3.ethos.org.br/)>. Acesso em: 20 jun. 2014.

BRASIL. *Constituição Federal*, de 05 de outubro de 1988. São Paulo: Saraiva, 2013.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal. In: GOMES, Luiz Flávio (Org.). *Código Penal, Código de Processo Penal, Constituição Federal*. 15. ed. atual. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2012.

\_\_\_\_\_. Lei 7.210, de 11 de julho de 1984. Lei de Execução Penal. In: GOMES, Luiz Flávio (Org.). *Código Penal, Código de Processo Penal, Constituição Federal*. 15. ed. atual. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2012.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Casa Civil. *Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010*. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, e 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Disponível em: <[www.planalto.gov.br/](http://www.planalto.gov.br/)>. Acesso em: 20 maio 2015.

\_\_\_\_\_. Ministério do Meio Ambiente. Conselho Nacional do Meio Ambiente. *Resolução nº 357, de 17 de março de 2005*. Alterada pela Resolução nº 410/2009 e pela 430/2011. Disponível em: <[www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=459](http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=459)>. Acesso em: 12 jul. 2015.

\_\_\_\_\_. *Plano Nacional de Extensão Universitária*. Disponível em: <<http://www.renex.org.br/documentos/Colecao-Extensao-Universitaria/01-Plano-Nacional-Extensao/Plano-nacional-de-extensao-universitaria-editado.pdf>>. Acesso em: 23 maio 2015.

BRITTO, B. N. *Ética e Responsabilidade Social Empresarial na utilização da Tecnologia da Informação*. Disponível em: <<http://www.aedb.br/artigos07/1413/2007>>. Acesso em: 20 jun 2015.

CAPRA, F. *As conexões ocultas: ciência para uma vida sustentável*. 3. ed. São Paulo: Cultrix, 2003.

CARBONE, P. P. et.al. *Gestão por competência e gestão do conhecimento*. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

CARDOZO, H. L. G.; GOMES, J. S. A globalização através de uma nova perspectiva. *Revista de Administração de Empresa*, São Paulo, v. 52, n. 5, set./out. 2012.

CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CAVALCANTI, C. Sustentabilidade da economia: paradigmas alternativos de realização econômica. In: \_\_\_\_\_ (Org.). *Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável*. São Paulo: Cortez, 2003. p.153-176.

COCA-COLA. Projetos de sustentabilidade da Coca-Cola. *Site Sustentável*, 2014. Disponível em: <<http://inst.sitesustentavel.com.br/projetos-de-sustentabilidade-da-coca-cola>>. Acesso em: 21 jan. 2015.

COSTA, A. M. *O Trabalho Prisional e a Reintegração Social do Detento*. Florianópolis: Insular, 1999.

COSTA, S. R. P. Palestra Universidade e escol: práticas pedagógicas, pedagogia da imagem e ações sustentáveis. In: Fórum de Docentes Estácio, 2014, Cabo Frio, RJ. *Projeto Recic-Óleo e Eco-ponto*. Cabo Frio, RJ: Logos Veritas, 01 ago. 2014.

CRUZ B. P. A. et al. Extensão Universitária e Responsabilidade Social: 20 anos de experiência de uma instituição de ensino superior. In: Encontro da ANPAD, 35., 2010, Rio de Janeiro, RJ. *Anais...* Rio de Janeiro:EnANPAD, 2010.

DELORS, Jacques. *Educação: um tesouro a descobrir*. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI – UNESCO/MEC. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

DEMO, P. *Pesquisa: princípio científico e educativo*. São Paulo: Cortez, 2004.

DUARTE, A. J. O. Celas de aula: o exercício da professoralidade nos presídios. In: Encontro de Pesquisa em Educação, 7., Congresso Internacional – Trabalho Docente e Processos Educativos, 2., Simpósio de Ética em Pesquisa, 2., 2013, Uberaba. *Revista Encontro de Pesquisa em Educação*, Uberaba, v. 1, n. 1, p. 25-36, 2013.

FERREIRA, D. D. M.; ROSA, C. A.; BORBA, J. A. Panorama e potencialidades para publicação de artigos científicos na área ambiental. *Administração - Ensino e Pesquisa*, v. 13, n. 4, p. 673-705, out./dez. 2012.

R. gest. sust. ambient., Florianópolis, v. 7, n. 1, p.776-806 , jan./mar. 2018.

FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1971.

GAMBOA, T. Meio Ambiente: Projeto “Óleo Gota a Gota”. *AgN/CT*, 15/10/2010. Disponível em: <<http://oleogotaagota.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 20 abr. 2015.

GHESTI, G. F. et al. A educação ambiental na Engenharia e a reciclagem de óleo residual coletado: projeto de extensão Biogama. *Participação*, 2012. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/redunb/article/viewFile/7109/5605>>. Acesso em: 20 maio 2015.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GREEN KEY BRASIL. *Informação objetiva, conscientização e ação educativa – caminho sustentável*. Disponível em: <[www.greenkeybrasil.com.br/artigo.php?id=2](http://www.greenkeybrasil.com.br/artigo.php?id=2)>. Acesso em: 20 maio 2015.

HITT, M. A.; IRELAND, R. D.; HOSKISSON, R. E. *Administração Estratégica*. Tradução José Carlos Barbosa dos Santos e Luiz Antonio Pedrosa Rafael. São Paulo: Pioneira, 2002.

HÜTTLER, A. A educação ambiental em órgãos públicos municipais através da A3P (Agenda Ambiental na Administração Pública) como uma nova ferramenta de gestão. *Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental*, PPGA/FURG-RS ISSN 1517-1256, v. 25, p. 385-399, jul./dez. 2010.

IANNI, O. *A sociedade global*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1993.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Estimativas da população residente no Brasil e unidades da federação com data de referência em 1º de julho de 2014: Brasil e Unidades da Federação – Santo Ângelo – população estimada*. Disponível em: <[ftp://ftp.ibge.gov.br/.../estimativa\\_dou\\_2014.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/.../estimativa_dou_2014.pdf)>. Acesso em: 9 jul. 2015.

INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL. *Responsabilidade Social Empresarial*. São Paulo: Instituto ETHOS, 2000. Disponível em: <[www.ethos.org.br/](http://www.ethos.org.br/)>. Acesso em: 15 maio 2015.

LANG, J.; MARINHO, S. V.; BOFF, M. L. Aprendizagem em ação, competências e a relação com a aprendizagem gerencial. *Revista Pretexto*, Belo Horizonte, v. 15, NE, p. 67-83, 2014. ISSN 1984-6983 (Versão online).

LEWIS, S. A. L. B. *A responsabilidade social da empresa como atitude positiva orientada pela lei*. Disponível em: <[www.wgov.ufsc.br/2011/03/](http://www.wgov.ufsc.br/2011/03/)>. Acesso em: 20 abr. 2015.

LOPES, R. C.; BALDIN, N. Educação ambiental para a reutilização do óleo de cozinha na produção de sabão-projeto “eco-limpo”. In: Congresso Nacional de Educação, 9., 2009, Curitiba. *Anais...* Curitiba: PUC, 2009.

R. gest. sust. ambient., Florianópolis, v. 7, n. 1, p.776-806, jan./mar. 2018.

LOPES, F. C.; SCHAFFER, R.; BERTÉ, R. Sustentabilidade e responsabilidade socioambiental como alicerce para gestão estratégica em instituições do setor educacional. *Revista Organização Sistêmica*, v. 6, n. 3, p. 5-21, 2014 ISSN (Versão online) 2316-2848

LOURENÇO, A. G.; SCHRÖDER, D. S. Vale investir em responsabilidade social empresarial: Stakeholders, ganhos e perdas. In: \_\_\_\_\_. *Responsabilidade social das empresas*. São Paulo: Peirópolis, 2003. p.77-120.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. *Fundamentos de metodologia científica*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

\_\_\_\_\_. *Técnicas de Pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MELO NETO, F. P.; FRÓES, C. *Gestão da Responsabilidade Social Corporativa e o Caso Brasileiro*. Rio de Janeiro: Qualitymark Ed., 2001.

MORGAN, G. *Imagens da organização: edição exclusiva*. Tradução Geni G. Goldschmidt. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MOYSES, L. *Aplicações de Vigotsky à educação matemática*. Campinas: Papyrus, 2004.

NATURA. Projetos de sustentabilidade da Natura. *Site Sustentável*, 2014. Disponível em: <<http://inst.sitesustentavel.com.br/projetos-de-sustentabilidade-da-natura/>>. Acesso em: 20 jan. 2015.

NOGUEIRA, M. D. P. (Org). Extensão Universitária: diretrizes conceituais e políticas. In: Encontro de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, 1., 1987, Brasília. *Anais...* Belo Horizonte: PROEX/UFMG, 2000.

OLIVEIRA, D. P. R. *Estratégia Empresarial e Vantagem Competitiva*. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

OLIVEIRA, S. (Coord.). *Programa de Reciclagem de Óleo de Fritura da Sabesp (PROL)*. Disponível em: <<http://www.site.sabesp.com.br/...pdf>>. Acesso em: 5 jul. 2015.

OLIVEIRA, J. J. et al. Óleo de fritura usado sendo reaproveitado na fabricação de sabão ecológico: conscientizar e ensinar a sociedade a reutilizar de maneira adequada o óleo de cozinha. In: Congresso de Iniciação Científica da IFRN, 9., 2014, Natal. *Anais...* Natal: PROPI, 2014, p. 1234-1239.

PASSOS, E. *Ética nas Organizações*. São Paulo: Atlas, 2012.

PEREIRA, P. E. J.; KREMER, J.; BUSTAMANTE, M. T. Responsabilidade socioambiental e sustentabilidade no varejo de móveis e eletrodomésticos. *RAGC*, v. 1, n. 1, p. 1-15, 2012.

R. gest. sust. ambient., Florianópolis, v. 7, n. 1, p.776-806 , jan./mar. 2018.

REIS, M. F. P.; ELLWANGER, R. M.; FLECK, E. Destinação de óleos de frituras. In: Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental, 24., 2007, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: ABES, 2007.

RODRIGUES, A. R. et al. Comunicação Interna: um Estudo sobre a Responsabilidade Social nas Organizações. In: Congresso de Ciências da Comunicação na Região Norte, 10., 2011, Boa Vista, RR. *Anais...* Boa Vista, RR: Intercom Norte, 2011.

ROSSINI, T. R. D. O sistema prisional brasileiro e as dificuldades de ressocialização do preso. *Direito Net*, 06 jan. 2015. Disponível em: <<http://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/6478/>>. Acesso em: 30 jun. 2015.

SACHS, I. *Desenvolvimento includente, sustentável e sustentado*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

SANTIAGO, J. R. S. *Capital intelectual: o grande desafio das organizações*. São Paulo: Novates, 2007.

SANTOS, M. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SCHÖN, D. A. *The Reflective Practitioner: how professionals think in action* (O profissional reflexivo: como os profissionais pensam em ação). New York: Basic Books, 1983.

SEVERINO, A. J. Pesquisa a serviço do ensino. In: Fórum Nacional de Professores de Ciências Contábeis, 7, 2008, São Paulo. *Anais...* São Paulo: FEUSP, 2008, p. 1-10.

\_\_\_\_\_. A prática da metodologia científica no ensino superior e a relevância da pesquisa na aprendizagem universitária. *REBES*, Pombal, PB, v. 5, n. 1, p. 58-62, jan./mar. 2015.

SILVA, V. A.; SILVA, A. C. R. *Responsabilidade social das instituições de ensino superior – IES*. Cairu em Revista, 2011. Disponível em: <[www.cairu.br/revista/.../RESP\\_SOCIAL\\_INST\\_ENSINO\\_SUP.pdf](http://www.cairu.br/revista/.../RESP_SOCIAL_INST_ENSINO_SUP.pdf)>. Acesso em: 3 maio 2015.

SMITH, M. K. *Educação local*. Buckingham: Open University Press, 1994.

TACHIZAWA, T. *Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa: estratégias de negócios focadas na realidade brasileira*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

\_\_\_\_\_. *Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa*. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

THOMPSON, Augusto. *A questão penitenciária*. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

VIEIRA, R. F. A iniciativa privada no contexto social: Exercício de Cidadania e Responsabilidade Social. Parte III: As Ações Corporativas nos Investimentos Sociais. *RP em revista*, ano 5, n. 22, 2007.

**Sites:**

<<http://inst.sitesustentavel.com.br/projetos-de-sustentabilidade-da-natura>>.

<<http://inst.sitesustentavel.com.br/projetos-de-sustentabilidade-da-coca-cola>>.